PROJETO DE LEI

INSTITUI A GRATUIDADE DE ENTRADA PARA POLICIAIS E GUARDAS CIVIL MUNICIPAIS, AGENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, AGENTES DE TRÂNSITO, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE IDENTIDADE FUNCIONAL E MEIA ENTRADA AOS SEUS DEPENDENTES ÀS SESSÕES DE CINEMA, TEATRO, SHOWS, FEIRAS, EXPOSIÇÕES, EVENTOS CULTURAIS E ESPORTIVOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE LINHARES-ES É DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Os Policiais Militares, Policiais Civis, Bombeiros Militares e Guardas Municipais, Agentes da Secretaria de Segurança Municipal, Agentes de Trânsito, mediante apresentação de identidade funcional, terão assegurado à gratuidade na entrada nas sessões de cinema, teatro, shows, feiras, exposições, eventos culturais e esportivos realizados no Município de Linhares-ES.

§ único – A gratuidade de que trata esta Lei não poderá exceder a 5% (cinco por cento) da capacidade de lotação das sessões de cinema,

teatro, shows, feiras, exposições, eventos culturais e esportivos ou casas de espetáculos realizados no Município de Linhares –ES.

Art. 2º O beneficiário deverá comprovar a sua condição de Policial Militar, Policial Civil, Bombeiro Militar e Guarda Civil Municipal, através da carteira de identidade funcional própria.

§ 1º Será concedido o benefício de meia entrada, com desconto de 50% (cinquenta por cento) no ingresso, aos familiares (conjugue, filhos estudantes até 12 anos acompanhado do Agente de Segurança Pública responsável) que acompanharem os integrantes dos Policiais Militares, Policiais Civis, Bombeiros Militares e Guardas Civil Municipais nos estabelecimentos e eventos de que se trata o art.1º desta Lei. A meia entrada somente deverá ser concedida com apresentação de documento oficial que comprove o parentesco.

§ 2º O agente Público que estiver portando armamento deverá apresentar junto com a carteira funcional o porte de arma e deverá preencher um livro ata com ordens numérica na entrada do estabelecimento com os dados do armamento que estiver portando.

§ 3º Os organizadores dos eventos mencionados nesta Lei poderão acionar estes agentes públicos para o caso de situações de emergência no local de evento .

§ 4º Para atendimento desta Lei, os agentes públicos terão direito à gratuidade na quantidade estipulada em Lei não necessitando do fardamento para cumprimento da mesma.

§ 5º Para quem não cumprir os dispositivos desta Lei será aplicada penalidades pelo Poder Executivo Municipal ou pela secretaria Municipal indicada pela mesma.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário “Joaquim Calmon”, aos 23 (vinte e três dias) do mês de Agosto de dois mil e dezessete.

**TARCISIO SILVA
VEREADOR**